



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **PROJETO BÁSICO - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES**

## **1 - INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na Decisão Plenária n. 439/98 do Tribunal de Contas da União.

## **2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada na criação e capacitação do curso "Moodle para Administradores, Gestores e Tutores", para 6 servidores do Tribunal Regional Eleitoral.

O curso será na modalidade de Ensino a Distância, com carga horária de 30 (trinta) horas e entregue instalado diretamente no ambiente virtual de aprendizagem do TRE-RO.

### **2.1 Dados da instituição promotora**

Razão Social: EADAMAZON Consultoria em Educação e Treinamento Ltda - ME

CNPJ: 22.787.680/0001-78

Endereço: Estrada Intendente Magalhães, 73 - Casa 04 Apt 201 - Madureira - Rio de Janeiro

Contato: Robson Santos da Silva

e-mail: cigrobson@yahoo.com.br

Fone comercial: (21) 99186-5678



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3

Dados Bancario: Banco do Brasil, AG: 1575-x, CC: 32970-

### **2.2. Conteúdo Programático**

Os temas a serem abordados estão indicados no item B do evento SEI [0406330](#)

### **2.3. Público Alvo**

Servidores da COEDE.

**2.4 - Metodologia** de design instrucional e web: ADDIE (Análise, Design, Desenvolvimento, Implementação e Avaliação com atividades práticas).

## **3 - JUSTIFICATIVA:**

### **3.1. Da Necessidade:**

A capacitação encontra-se previstas no Plano Anual de Capacitações 2019 sob código 20190104.

A capacitação em tela é vantajosa para nosso regional, em virtude de sua possibilidade de reutilização e reaplicação em épocas distintas e para públicos distintos. Também será possível manter a atualização dos conteúdos. Tais vantagens são facilmente aplicáveis em capacitações de nível de **compreensão**, conforme definição da matriz de competências, nos quais os participantes precisam apenas obter os conhecimentos básicos para o entendimento das implicações inerentes ao uso dessas competências.

### **3.2. Da inexigibilidade de Licitação:**

A inexigibilidade de licitação se respalda no **Acórdão 439/1998 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.*

### **3.2.1. Da singularidade do serviço:**

Tratam-se de capacitações desenhadas exclusivamente para atender as necessidades deste regional, conforme se descreve na situação acima. São capacitações voltadas ao público interno do Poder Judiciário Eleitoral de Rondônia. Dados os aspectos de personalização dos treinamentos, os quais serão avaliados pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento, considera-se a contratação **singular**.

### **3.2.2. Da escolha do notório especialista:**

Para a execução do presente objeto, optou-se pela empresa EAD Amazon, empresa com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que é especializada no desenvolvimento de capacitações a distância, conforme já se experimentou em anos anteriores, em treinamento realizado neste regional. Sua qualificação em atendimento a outros regionais e ao CNJ a colocam na condição de **notória especialista** na matéria. Nessa conformidade, considerando que a escolha, segundo o teor do §1º, do art. 25, insere-se no campo da discricionariedade, entende-se que o escolhido reúne todas as condições e atributos que permitem inferir que o mesmo é o mais adequado à plena satisfação dos objetivos colimados.

**3.3. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** – A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor

## **4 – DO VALOR**

O valor a ser contratado é de R\$ 12.768,00 (doze mil setecentos sessenta e oito reais).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art. 43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

4.1. Da avaliação de custo proporcional ao benefício e compatibilidade com o mercado:

Quanto à adequação dos custos à realidade do mercado, considera-se que a entrega está de acordo com os menores valores praticados para cursos neste regional e são compatíveis com a contratação da mesma empresa no exercício de 2015 e 2016 (eventos).

Levando-se em conta que as capacitações serão de propriedade deste regional e poderão ser reaplicadas infinitas vezes a todo o corpo de servidores, tem-se que a contratação é aceitável em termos de valores.

## **5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação
PLANO INTERNO	ERO TREINA
VALOR	R\$ 12.768,00 (Doze Mil Setecentos Sessenta e Oito Reais).

## **6 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

A execução dos serviços iniciará a partir da entrega da nota de empenho, com a entrega em até 30 dias.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **7- DO PAGAMENTO**

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos certificados e nota fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

Os valores serão quitados mediante a entrega definitiva da capacitação.

### **8- DO CONTRATO**

O contrato, no caso do presente Projeto Básico, será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

### **9- DAS OBRIGAÇÕES DO TRE**

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

1. Avaliar a qualidade do treinamento entregue.
2. Fiscalizar o cumprimento do prazo de entrega.
4. Solicitar objetivamente, se for o caso, os ajustes necessários para a adequação da qualidade da entrega.
5. Efetuar o recebimento permanente da capacitação.
6. Notificar a empresa contratada sobre os eventuais incidentes que exijam modificações no conteúdo, forma ou entrega do treinamento.
7. Emitir termo de recebimento definitivo das capacitações.
8. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento da fatura.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **10- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**

São obrigações da empresa contratada:

1. Garantir a entrega das capacitações, conforme descrições deste Projeto Básico;
2. Promover os ajustes que se fizerem necessários ao cumprimento dos requisitos e exigências da capacitação;
3. Indicar as impossibilidades de atendimento das solicitações de ajustes, fundamentadamente, caso ocorram;
4. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública, a Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação) e perante a Justiça Trabalhista;
5. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, conforme cronograma.

### **11 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 8, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

## **12 – DAS GARANTIAS**

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.

## **13 - DO ACEITE**

10.1. Aceite provisório: a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento, COEDE, emitirá termo de aceite provisório, contando-se o prazo de 2 dias úteis após o recebimento;

10.2. Análise objetiva da entrega: para garantir que a entrega seja aceita, a COEDE verificará os aspectos de prazo previstos no item 6, bem como os critérios de aceite previstos no Quadro 5, sendo solicitados ajustes da qualidade das entregas caso qualquer dos itens não seja atendido a contento.

10.2.1. Para realização dos ajustes, a empresa contratada terá os prazos previstos no item 6 .



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.2.2. Cumpridos os requisitos de prazo para as entregas iniciais, ajustes de conteúdo, de design e de funcionalidades previstos no Quadro Critérios de Aceite, serão emitidas as parcelas de pagamento, nos percentuais previstos naquela tabela, completando-se o pagamento integral de cada capacitação com a emissão de Termo de Recebimento Definitivo.

Quadro: Critérios de ace		
Tipo de análise	Aspectos aceitáveis	
Conteúdo	Adequação à ementa	Ementa em d
	Atualização quanto às normas vigentes	Uso de norm
	Correção ortográfica e gramatical	Incorreções n
	Organização progressiva do conteúdo	corporativo,
	Proporção de qualidade entre os módulos	Entrega dese
	Inclusão de aspectos omissos na ementa e que serão úteis se inclusos no conteúdo	Elaboração d
	Biblioteca, videoteca e fontes de pesquisas suplementares	consistência
	Referências bibliográficas	Atinância ap
	Adequação de citações e autoria	permita novo
Design	Uso de cores agradáveis à visão	Falta de refer
	Ergonomia na disposição de textos, imagens, motores, links, ícones	Uso inadequa
	Facilidade de localização do ponto onde o curso se encontra	Design padrã
	Facilidade de retorno aos pontos específicos do treinamento que se desejem revisar	Uso de letras
	Facilidade de acesso aos recursos didáticos, exercícios, fóruns, etc.	Ausência de



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Quadro: Critérios de ace**

<b>Tipo de análise</b>	<b>Aspectos aceitáveis</b>	
	Facilidade de comunicação entre os participantes	
Atividades	Quantidade de atividades de fixação proporcional aos conteúdos apresentados Variedade de atividades de fixação Perguntas e respostas dinâmicas em "quizes" e questionários, evitando-se a "cola"	Ausência de Desproporção Respostas in Perguntas de Questões sen
Recursos didáticos	Uso de vídeos, imagens, textos de ilustração, textos inspiradores Uso de exemplos Uso de legislações aplicadas à realidade do setor público Uso de artigos acadêmicos, trechos de livros, artigos de jornais	Músicas que Uso de vídeo Uso de mater corporativa Uso de lins e
Recursos de sistema	Menus Emissão de certificado Controle de frequência e participação	Ausência dos

**13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE, conforme os itens descritos no aceite e penalidades.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

### **14 – DOS ANEXOS**

a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto à Receita Federal/ INSS, ao FGTS, ao CNJ e à Justiça Trabalhista, (Eventos [0406405](#), [0406404](#), [0406409](#) e 0406406 ) portanto apta a contratar com a Administração Pública.

b) Proposta (Evento [0406330](#)).

---

Documento assinado eletronicamente por **KENEDY DE ARAÚJO GAMA, Técnico Judiciário**, em 25/04/2019, às 15:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001088-50.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COEDE

ASSUNTO: Inexigibilidade de licitação – curso fechado – **Moodle para Administradores, Gestores e Tutores – ANÁLISE.**

**PARECER JURÍDICO Nº 0417207 / 2019 - PRES/DG/AJDG**

### **I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - SEDES, com vistas a contratar a empresa **EADAMAZON Consultoria em Educação e Treinamento Ltda, CNPJ: 22.787.680/0001-78**, para a realização do curso “**Moodle para Administradores, Gestores e Tutores**”, para um público de 6 (seis) participantes, servidores deste Tribunal Regional Eleitoral, que será realizado nesta Capital, com uma carga horária de 30 (trinta) horas, na



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

modalidade Ensino à Distância, e entregue instalado diretamente no ambiente virtual de aprendizagem do TRE-RO.

**02.** Dimensionou-se o valor total do curso em **R\$ 12.768,00 (doze mil setecentos e sessenta e oito reais)**, estando avaliado com o custo proporcional ao benefício e compatibilidade com o mercado, tomando-se como parâmetro os valores praticados para atividades de capacitação neste Tribunal, com registros desde 2015 e 2016, sendo o valor compatível com os praticados para eventos desta natureza.

**03.** Visando conferir a regularidade da empresa, juntou-se aos autos: Certidão Negativa de Tributos Federais ([0406405](#)); Certidão Negativa Trabalhista ([0406406](#)) Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ ([0406419](#)); e Certidão Negativa de Cadastro no FGTS ([0412945](#)).

**04.** O conteúdo e a data do curso estão devidamente descritos na proposta da empresa ([0406330](#)).

**05.** Verifica-se que consta, no referido Projeto Básico SEDES ([0406419](#)), a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, o prazo de execução, forma de pagamento e de contrato, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, as penalidades, garantias, do aceite, gestão e fiscalização e anexos.

**06.** A SEDES encaminhou por e-mail ([0409333](#)) o Projeto Básico para ciência ao representante da empresa proponente que atestou sua concordância ao referido documento, conforme e-mail constante no evento ([0409581](#)).

**07.** Por intermédio do Despacho n. 1851 ([0412869](#)), o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade direcionou os autos à COMAP para a análise do Projeto Básico e seus anexos, em seguida à COFC para programação orçamentária da possível despesa, e, por último, a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico.

**08.** A Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação de Projeto Básico e Termo de Referência neste órgão, nos termos do inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE/RO n. 004/2008, concluiu pela regularidade fiscal e trabalhista da pretensa contratada, ao tempo que se manifestou, caso a Autoridade Superior aprove o Projeto Básico, pela adjudicação do objeto à proponente ([0412948](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**09.** A SPOF ([0413567](#)) procedeu a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 12.768,00 (doze mil, setecentos e sessenta e oito reais)**, indicando o Plano Interno ERO TREINA e o Pré-Empenho n. 2019PE000106, para custear a despesa, oportunidade em que a unidade informou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

**10.** Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta AJDG para emissão de parecer jurídico. **É o relatório.**

## **II - DA ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1 DOS REQUISITOS LEGAIS: SINGULARIDADE E NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO – ART. 13 VI DA LEI N. 8.666/93.**

**11.** A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de **exceções** à regra geral, *in verbis*:

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

**XXI - ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (sem grifo no original)

**12.** Não por outro motivo, a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**13.** Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração na contratação de **serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, em seu **art. 13, inciso VI, em princípio**, está caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

**II** - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, **de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; (sem grifo no original)

**14.** Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias para a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações. Assim, qualificou tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos gerais: a) **natureza singular**; b) **prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

**15.** Quanto à **singularidade**, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.

**16.** Sobre este requisito, veja-se a lição de **Jacoby**:

Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preços, de dimensões, de localidade, de cor ou de forma. (Fernandes JU Jacoby – Contratação direta sem licitação, 7º ed, Belo Horizonte, Fórum, 2007, p. 596)

**17.** E, de tal jaez é a posição consolidada pela Corte de Contas (**Acórdão TCU n. 1568/2003 – 1ª Câmara**):

(...) A singularidade, esta sim, é quem efetivamente dá causa a que se torne inviável licitar.

A inviabilidade de competição que dá ensejo à possibilidade de se exigir a licitação reside na singularidade da contratação. O que não implica dizer que os serviços sejam de natureza singular. O que confere legitimidade ao procedimento adotado com arrimo no art. 25, II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, é a singularidade que permeia a situação específica.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**17.** Como registrado no acórdão acima transcrito, as decisões mais recentes do TCU caminham no sentido da demonstração - tão só - da singularidade para caracterizar a inexigibilidade competitiva para a contratação desse tipo de serviço técnico. Todavia, mesmo que assim não fosse, há nos autos comprovação da **notória especialização da empresa a ser contratada** atendendo à saciedade a exigência estatuída pelo **art. 25, § 1º da Lei n. 8.666/93, verbis:**

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

**§ 1º** Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

**18.** Referida comprovação, por sua vez, também atende à **recomendação** contida em decisões majoritárias do TCU, todas exigindo a demonstração de ambos os requisitos, vg:

### **Decisão TCU n. 103/98 – Plenário:**

**1.6** - somente realize a contratação sem licitação com base na notória especialização do contratado (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93) quando houver inviabilidade de competição entre possíveis interessados, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, a qual não será subcontratada, caso em que se caracterizaria a inviabilidade de competição.

**19.** Em arremate, releva transcrever ementa do voto do **Ministro Eros Grau**, proferido nos autos da **Ação Penal AP 348/SC**. Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:

**EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL.** A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (DJ 03/08/07 p.30). (sem grifo no original).

## **2.2 DOS REQUISITOS LEGAIS: RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO: ART. 26, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 8.666/93.**

**20.** Embora se trate de capacitação que pode ser contratada diretamente, a Lei n. 8.666/93 estabelece a observância de alguns **requisitos legais de caráter genérico** aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; **b)** a justificativa do preço. Veja-se:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

**21.** As exigências dos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame. Já a **escolha do fornecedor** e a **justificativa do preço** estão **demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas no Projeto





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Básico (0406419), esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos.

### **III - DA CONCLUSÃO**

**22.** Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica conclui:

a) pela possibilidade da **contratação direta** da empresa **EADAMAZON Consultoria em Educação e Treinamento Ltda**, CNPJ n. 22.787.680/0001-78, para ministrar o **curso de Moodle para Administradores, Gestores e Tutores para o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**, com fundamento no **art. 25, II c/c art. 13, VI**, ambos da **Lei n. 8.666/93**, e, ainda, nos precedentes da Corte de Contas citados neste parecer e, notadamente, na **Decisão TCU n. 439/1998-Plenário**; e,

b) pela regularidade do Projeto Básico ([0406419](#)), visto que, de acordo com as disposições do **art. 6º, IX da Lei n. 8.666/93**, no que for aplicável, pode ser aprovado pela autoridade superior, para os efeitos do **art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações**.

**23.** Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento **idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, sendo de boa prática o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada - ato já demonstrado nos autos ([0409581](#)).

**24.** Cabe registrar que, caso necessário, deverão ser atualizadas as certidões que comprovem a regularidade da empresa **EADAMAZON Consultoria em Educação e Treinamento Ltda**, antes da efetivação da contratação.

**25.** Ademais, com precedente no **Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário**, entende-se desnecessária a publicação na imprensa oficial, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26, da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Contudo, em homenagem ao princípio da





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

**26.** Na oportunidade, **torno sem efeito o Parecer Jurídico AJDG 0414520** por conter em seu texto erro material.

À consideração superior.

---

Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 23/05/2019, às 15:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 23/05/2019, às 15:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001088-50.2019.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES

ASSUNTO: Contratada: **EADAMAZON Consultoria em Educação e Treinamento Ltda - ME** - curso "**Moodle para Administradores, Gestores e Tutores**"

**DESPACHO Nº 2136 / 2019 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES, com vistas à contratar a empresa **EADAMAZON Consultoria em Educação e Treinamento Ltda - ME**, CNPJ: **22.787.680/0001-78**, para a fornecimento do curso "**Moodle para Administradores, Gestores e Tutores**", para um público de 6 (seis) participantes, servidores deste Tribunal Regional Eleitoral, com carga horária de 30 (trinta) horas, na modalidade Ensino a Distância, entregue e instalado diretamente no ambiente virtual de aprendizagem do TRE-RO ([0406326](#)).

O conteúdo e o cronograma do curso estão devidamente descritos na proposta constante do evento n. [0406330](#). No item 3.2 do Projeto Básico há descrição da notória especialização da empresa, bem como da natureza singular do serviço ofertado.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A COMAP concluiu pela regularidade do Projeto Básico e manifestou-se pela adjudicação do objeto à proponente ([0412948](#)).

A Seção de Programação Orçamentária e Financeira - SPOF procedeu à programação orçamentária e informou a existência do pré-empenho n. 2019PE000106 no valor de R\$ 12.768,00 (doze mil setecentos e sessenta e oito reais), cuja despesa encontra-se adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA) - evento [0413567](#).

A Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral opinou pela contratação da empresa **EADAMAZON CONSULTORIA EM EDUCAÇÃO E TREINAMENTO LTDA - ME**, CNPJ nº. **22.787.680/0001-78**, para ministrar o curso de “**Moodle para Administradores, Gestores e Tutores**” com fundamento no **art. 25, II c/c art. 13, VI**, ambos da Lei n. 8.666/93 e, ainda, nos precedentes da Corte de Contas citados no referido parecer jurídico, notadamente na **Decisão TCU n. 439/1998-Plenário**. Opinou, também, pela dispensa da formalização de contrato, o qual poderá ser substituído pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93 (evento [0417207](#)).

Via manifestação nº 773 ([0415730](#)) a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e manifestou-se nos mesmos termos do Parecer Jurídico. Assim vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Verifica-se dos autos que a empresa **EADAMAZON CONSULTORIA EM EDUCAÇÃO E TREINAMENTO LTDA - ME**, CNPJ nº. **22.787.680/0001-78**, encontra-se regular com as obrigações fiscais e trabalhistas, conforme documentos carreados aos autos (INSS/TRIBUTOS FEDERAIS - [0406405](#), FGTS - [0412945](#), CNJ - [0406409](#) e Justiça do Trabalho - [0406406](#)). A necessidade da contratação foi demonstrada no item 3.1 do Projeto Básico ([0406419](#)).

No item 3.2 do PB (Da inexigibilidade) a unidade demandante delineou o entendimento jurisprudencial do Tribunal de Contas da União quanto à natureza singular e capacitação notória do especialista da empresa contratada para o treinamento (subitênes 3.2.1 e 3.2.2.) o que fundamenta a contratação direta com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, § 1º da Lei n. 8.666/93. Portanto, a singularidade encontra-se demonstrada pelos elementos trazidos aos autos, tendo em vista que a capacitação visa atender necessidade específica desta Justiça Especializada, inclusive com desenvolvimento de software específico para



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

este Regional. Por outro lado, a vantajosidade da contratação, também é demonstrada nos autos por meio da justificativa do preço da contratação (item 4 do PB).

Isso posto, considerando o parecer da AJDG ([0417207](#)) e a manifestação da SAOFC ([0415730](#)), e, ainda, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta Diretora-Geral **RATIFICA** a inexigibilidade apontada pela AJDG e reconhecida pela SAOFC, descrita no artigo 25, II da Lei n. 8.666/93, e, por consequência:

**a) aprova o Projeto Básico**, inserto no evento [0406419](#), pois possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas do artigo 6º da Lei n. 8.666/93;

**b) autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação**, com fulcro no art. 25, II c/c o inciso VI do art. 13, ambos, da Lei 8.666/93 e Decisão TCU nº 439/98 - Plenário;

**c) autoriza a emissão de Nota de Empenho** em favor da empresa **EADAMAZON CONSULTORIA EM EDUCAÇÃO E TREINAMENTO LTDA - ME**, CNPJ nº. **22.787.680/0001-78**, no valor de R\$ 12.768,00 (doze mil setecentos e sessenta e oito reais), formalizando-se a contratação com a entrega da Nota de Empenho à contratada;

**d) autoriza a substituição do contrato pela nota de empenho**, nos termos do **art. 62 da Lei n. 8.666/93**, **instrumento idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, sendo de boa prática o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada, conforme já efetivado por meio do e-mail juntado aos autos no evento [0409333](#) e,

**d) determina a publicação da ratificação da inexigibilidade no Diário de Justiça Eletrônico - DJE**, em respeito ao princípio da publicidade, uma vez que o valor da contratação situa-se nos patamares da dispensa legal, com fulcro no [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#).

À SAOFC para a continuidade dos atos visando à contratação pretendida.



# **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 29Mai19 NUMERO: 2019NE000319 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA  
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA  
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133  
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL  
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 22787680/0001-78 - EADAMAZON CONSULTORIA EM EDUCACAO E TREINAME  
ENDERECO : INTENDENTE MAGALHAES 73 CASA: 04; APT: 20 MADUREIRA  
MUNICIPIO : 6001 - RIO DE JANEIRO UF: RJ CEP: 21341-331

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

EMISSION DE NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM CAPACITACAO DE SERVIDORES,  
CONFORME PROJETO BASICO SEDES(0406419), PARECER DA AJDG(0417207), DESPACHOS NR  
2136 DG(0417245) E 2199 SAOFC(0418297) PROC SEI N° 0001088-50.2019.6.22.8000

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084772 0100000000 339039 000000 ERO TREINA

TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE

AMPARO: LEI8666 INCISO: 02 PROCESSO: 00010885020196228000

UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3

ORIGEM DO MATERIAL :

REFERENCIA: ART25/02 LEI8666/93

NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 12.768,00

DOZE MIL, SETECENTOS E SESSENTA E OITO REAIS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 48 -SERVICO DE SELECAO E TREINAMEN

SEQ.: 1	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITARIO:	12.768,00
			VALOR DO SEQ. :	12.768,00

CONTRATAÇÃO PARA MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO "MOODLE PARA ADMINISTRADORES,  
GESTORES E Tutores", PARA 06(SEIS) SERVIDORES DO TRE/RO, COM CARGA HORÁRIA DE  
30 (TRINTA) HORAS, NA MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA, ENTREGUE E INSTALADO DI  
RETAMENTE NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM DESTA ÓRGÃO.

T O T A L : 12.768,00

FRANCISCO  
PARENTES DA COSTA  
FILHO:16251784253

Assinado eletronicamente por FRANCISCO PARENTES DA COSTA  
CPF: 045.657.350-13  
Data: 2019.05.29 10:05:49

FRANCISCO P. COSTA FILHO  
ORDENADOR SUBSTITUTO

RICARDO MOURA  
SILVA:97076155320

Assinado eletronicamente por RICARDO MOURA  
CPF: 045.657.350-13  
Data: 2019.05.29 10:05:49

RICARDO MOURA SILVA  
GESTOR FINANCEIRO SUBSTITUTO